Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE NA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL NEY PONTES DUARTE DA CIDADE DE MOSSORÓ/RN: UM ESTUDO DE CASO[1]

ANALYSIS OF ACCESSIBILITY IN THE MUNICIPAL PUBLIC LIBRARY NEY PONTES DUARTE IN THE CITY OF MOSSORÓ/RN: A CASE STUDY

Rosa Milena dos Santos[2]
Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso[3]

Resumo: A acessibilidade consiste em um processo de adaptação de estruturas físicas ou arquitetônicas, de tecnologias, de metodologias ou de produtos e serviços, com o intuito de estabelecer uma autonomia e independência para qualquer indivíduo, respeitando sua diversidade. Dessa maneira, o objetivo desta pesquisa compreende em identificar as condições e dimensões de acessibilidade, principalmente, a física e comunicacional, como declara Sassaki (2009) da Biblioteca Pública Municipal Ney Pontes Duarte da cidade de Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte. Além disso, propõe analisar seus resultados relacionando-os com a estrutura e função de uma biblioteca pública. Para a metodologia, foi utilizado uma revisão de literatura através de artigos científicos e livros, no trabalho foi um estudo de caso, pautado em uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo. Nos resultados, foi possível identificar a falta de acessibilidade na biblioteca pública, necessitando que os órgãos públicos voltem seus investimentos a esta unidade de informação.

Palavras-Chave: Acessibilidade; biblioteca pública; profissionais da informação.

Abstract: *Accessibility consists of a process of adapting physical or architectural structures, technologies, methodologies or products and services, with the aim of establishing autonomy and independence for any individual, respecting their diversity. In this way, the objective of this research comprises identifying the conditions and dimensions of accessibility, mainly the physical and communicational ones, as stated by Sassaki (2009) from the Municipal Public Library Ney Pontes Duarte in the city of Mossoró in the State of Rio Grande do Norte. Furthermore, it proposes to analyze its results relating them to the structure and function of a public library. For the methodology, a literature review was used through scientific articles and books, at work it was a case study, based on a bibliographical research, of a qualitative nature. In the results, it was possible to identify the*

[1] Texto ampliado a partir do artigo submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no XXII ENANCIB.

[2] Mestra em Gestão da Informação e do Conhecimento (UFS). Bibliotecária da Faculdade Nova Esperança de Mossoró/RN (FACENE). E-mail: rosamilena3@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7158-8102.
[3] Doutora em Educação (UFBA). Docente da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: tina_valenca@yahoo.com.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8059-2039.

lack of accessibility in the public library, requiring public agencies to return their investments to this information unit.

Keywords: *Accessibility; public library; information professionals.*

1 INTRODUÇÃO

Pensar sobre acessibilidade é, antes de tudo, o exercício de um olhar sensível sobre a estrutura social e a forma com a qual compreendemos a vida cotidiana inclusiva. Esse exercício, quando realizado sistematicamente, demonstra possibilidades e alternativas, mesmo diante dos obstáculos físicos, comunicacionais e atitudinais presentes nos espaços públicos e privados que circulamos. As bibliotecas, arquivos e museus, enquanto importantes espaços de sociabilidade e de informação, têm a possibilidade de fomentar e suscitar a sensibilidade no olhar das pessoas que usam esses espaços. Nessa perspectiva, a discussão sobre acessibilidade, para além das diversas tipologias e classificações que lhe são intituladas, permite a formação de sujeitos reflexivos e sensíveis quanto à diversidade e aos processos que envolvem a inclusão social. Nessa compreensão de adequar serviços, espaços e equipamentos à diversidade social, a ideia do Desenho Universal, inicialmente pensada pelos profissionais da Arquitetura, ganhou destaque em diversas áreas do conhecimento (Gabrilli, [20--], p. 10).

Os princípios do Desenho Universal, de acordo com Cambiaghi (2017, p. 81), têm uma funcionalidade social importante, pois permitem “[...] reduzir a distância funcional e entre os elementos do espaço e as capacidades variadas das pessoas”. Nessa direção, percebe-se a importância dessa prerrogativa, pois torna-se possível pensar e planejar serviços, recursos e espaços com equiparação de oportunidades para a maioria das pessoas, independente de suas condições.

Pensar o Desenho Universal e as condições necessárias para o processo de inclusão nas bibliotecas públicas é um propósito importante e possível nos dias atuais.

As oportunidades de acesso e usabilidade nas unidades de informação devem fazer parte do programa de qualidade dessas instituições e não devem mais ser excludentes. Diante dessas constatações, percebeu-se a importância de investigar a realidade das bibliotecas públicas, identificando obstáculos e impedimentos e propondo melhorias. Além disso, é importante observar e verificar a competência do profissional da informação frente aos desafios de inserir a acessibilidade em instituições públicas.

Sendo assim, o objetivo deste texto é realizar um diagnóstico das condições de acessibilidade física e comunicacional da Biblioteca Pública Municipal Ney Pontes Duarte, da cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte. Para alcançar esse objetivo, priorizou-se analisar os resultados do diagnóstico de acessibilidade física e comunicacional na referida unidade, relacionando-os à estrutura, serviços e produtos que uma instituição pública deve ter e ser.

2 INCLUSÃO SOCIAL, ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL

De acordo com Pereira e Saraiva (2017), ao longo da história o tratamento dedicado às pessoas com deficiência estava eivado de prerrogativas assistencialistas e/ou discriminatórias. No Brasil, apesar das iniciativas tomadas ainda no século XIX, voltadas à educação das crianças cegas e surdas com a instalação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854 e do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos em 1857, pouco foi realizado com a finalidade de regulamentar os direitos das pessoas com deficiência (PCD). Mesmo com as iniciativas do Movimento Apaeano em todo o Brasil e a criação dos centros de reabilitação, o hiato e o descaso político são evidentes quando buscamos as políticas públicas voltadas às PCD. Entretanto, podemos identificar alguns marcos importantes nessa história, como o ano de 1981, que caracteriza uma data importante na luta pelos direitos das pessoas com deficiência e

pelo reconhecimento de organizações mundiais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Este apresenta a Lei Nacional Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, de 2015, evidenciando e proporcionando, por lei, a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, defendem Pereira e Saraiva (2017).

A proposta presente no Estatuto de 2015 tem como base os princípios do Desenho Universal e os define como "[...] concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva" (Brasil, 2015). Nessa percepção, a inclusão social caminha para o entendimento das particularidades e individualidades, como também entende que, independentemente das habilidades e/ou limitações, é preciso tornar os ambientes de aprendizagem e interação social acessíveis a todos. Sendo assim, as bibliotecas públicas que têm o objetivo de dar acesso às informações devem estudar e aplicar os princípios do Desenho Universal. De acordo com a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a biblioteca pública:

> [...] é o centro local de informação, disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento. Os serviços fornecidos pela biblioteca pública baseiam-se na igualdade de acesso para todos, independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social. Serviços e materiais específicos devem ser fornecidos para usuários inaptos, por alguma razão, a usar os serviços e materiais regulares, por exemplo, minorias lingüísticas, pessoas deficientes ou pessoas em hospitais ou prisões (IFLA, 1994, p. 1).

Tressino e Moro (2013, p. 2) afirmam que a biblioteca pública presta serviços aos seus usuários com o objetivo de facilitar seu acesso à informação "[...] de forma gratuita e igualitária, sem discriminação ou qualquer tipo de preconceito". Assim,

compreender até que ponto uma unidade de informação é acessível requer sensibilidade e domínio das normativas e legislações.

3 BIBLIOTECA PÚBLICA

Hodiernamente, com o advento das novas tecnologias de comunicação e informação, a sociedade se vê em um grande arcabouço de informação provocado pela "explosão informacional" que eclodiu desde a Segunda Guerra mundial.

Dessa maneira, as informações começaram a ser disseminadas e veiculadas com mais rapidez, agilidade, interação; atingindo assim, a toda a sociedade.

Partindo desta perspectiva, em relação à grande quantidade informacional que há nos dias atuais, a necessidade por informação do indivíduo também aumentou, necessitando de informações específicas em lugares determinados e acessíveis para serem utilizadas em sua vida.

Sendo assim, a biblioteca pública surge com o objetivo de atender as necessidades informacionais da população, de uma forma democrática e coletiva, oferecendo serviços com credibilidade, mantendo seu papel social e inclusivo em meio à diversidade cultural, social, econômica e tecnológica.

Porém, entender a biblioteca como um espaço de mediação cultural, não vem desde a sua gênese, ao qual era voltada para uma perspectiva de guardiã de livros, fazendo com que seus usuários fossem apenas leitores, objetivando assim, uma concepção mais tradicional.

Dessa maneira, compreender a mediação no espaço da biblioteca pública é entender a interação e o relacionamento com várias visões de mundo, promovendo assim um diálogo maior, como afirma Deponti e Almeida:

> A mediação é a institucionalização de um sistema de regras que mobilizam a mudança de comportamento e que visam a reduzir a desarmonia entre visões de mundo e a promover um diálogo entre elas. O exercício da mediação apresenta

> instrumentos de aplicação e formas de objetivação muito diversas. Essas múltiplas formas de mediação permitem a interligação de mundos diferenciados e pressupõem a ruptura com o modo de pensar e se comportar tanto de mediadores quanto de mediados (Deponti; Almeida, 2008, p. 2).

Sendo assim, a mediação deve provocar uma reflexão e uma criticidade sobre as diferenças, proporcionando uma maior interação e diálogo entre o que se é discutido para efetivar a mudança do comportamento de um indivíduo, saindo de um estado anômalo do conhecimento, fazendo com que a competência informacional desse usuário comece a ser formada.

Destarte, a compreensão desta unidade de informação vem galgando ressignificações em relação ao seu conceito, indo além dos seus espaços físicos, proporcionando um ambiente atrativo não só pelo fato de haver leituras, e sim um espaço híbrido com ações de todos e para todos, como afirma Lessa e Gomes (2017, p. 40):

> Contudo, a partir da revisão de literatura sobre a situação da biblioteca pública no Brasil e no Mundo, identifica-se que a ressignificação do seu conceito e de sua função na sociedade está além dos seus serviços, mas na projeção do seu ambiente físico com um lugar de opinião pública, de cultura, de encontro, aberto, acessível, atrativo e confortável. Um espaço híbrido na disponibilização de seus principais serviços e ações, um espaço de todos e para todos, que é envolvido constantemente com a comunidade.

Dessa maneira, a biblioteca pública é um espaço de diálogo entre as diversas culturas que a adentram, sendo um espaço de mediação que pode utilizar as diversas ferramentas e recursos tecnológicos ou não, tornando a informação acessível e transformadora a todos.

Segundo o Manifesto da Unesco sobre bibliotecas públicas:

> As missões-chave da biblioteca pública relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura são as seguintes: 1. Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância; 2. Apoiar a educação individual e a auto-formação, assim como a educação formal a todos os níveis; 3. Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa; 4. Estimular a

> imaginação e criatividade das crianças e dos jovens; 5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas; 6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espectáculo; 7. Fomentar o diálogo inter-cultural e a diversidade cultural; 8. Apoiar a tradição oral; 9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local; 10. Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse; 11. Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática; 12. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e actividades de alfabetização para os diferentes grupos etários (Unesco, 1994, p. 2).

Dessa forma, esta unidade de informação tem o objetivo de promover a alfabetização, a educação e a cultura em seus usuários, proporcionando atividades e serviços acessíveis a todos.

Segundo Silveira (2007), a biblioteca tem a missão de preservar, organizar e disseminar elementos culturais valorizando a cultura e a memória coletiva que ela remete:

> [...] as bibliotecas, cuja função social está diretamente ligada à missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os saberes concebidos pelos homens. São lugares que nutrem e valorizam nossa cultura e nossa memória coletiva, além de nos permitir manter vivos os elementos que definem as bases conceituais daquilo que entendemos por identidade, seja esta nacional, local ou individual. Em suma, elas se constituem como um "lugar de memória" porque auxiliam à preservação e à sobrevivência de uma determinada cultura ao longo de seu transcurso histórico (Silveira, 2007, p. 44).

Sendo assim, a biblioteca tem a missão de preservar elementos socioculturais, com a intenção de permitir que a cultura e a memória sempre venham à tona, criando um laço identitário, seja local, regional, nacional ou internacional.

De acordo com Bernardino e Suaiden (2011) a biblioteca pública consiste em ter um papel social de acesso e disponibilidade da informação que pode ser alcançado por projetos culturais:

> Quando dizemos que o papel social da biblioteca pública está no acesso e disponibilidade à informação, traçamos claramente um objetivo crucial dessas instituições, ele poderá ser alcançado através de projetos culturais que visem à disseminação da leitura. Um dos serviços da Biblioteca Pública perante a sua

> comunidade é a introdução de projetos culturais, atendendo ao seu objetivo de disseminar a cultura e a leitura aos seus usuários. A realização de projetos culturais de leitura em bibliotecas já faz parte do leque de atividades destas e coincidem quanto ao objetivo principal, que é incentivar a leitura e a cultura na comunidade (Bernardino; Suaiden, 2011, p. 31).

Dessa forma, esta unidade de informação se conjuntura em uma instituição social, composta por uma diversidade de usuários que necessitam de projetos, atividades e ações culturais para o incentivo à leitura, a pesquisa, a cultura, construindo, nos usuários, habilidades e competências para seu processo de ensino e aprendizagem, sendo indispensável ter uma estrutura, serviços e produtos acessíveis à toda a população, principalmente levando em consideração as dimensões da acessibilidade que de acordo com Sassaki (2009) são: arquitetônicas, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho é uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (2002) o processo da pesquisa se utiliza de recursos e ferramentas para construir o conhecimento, trazendo um diagnóstico ou uma solução para o problema da investigação.

Ele também é de natureza qualitativa, que segundo Severino (2016, p. 125): “São várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas”. De acordo com Flick, ainda sobre a pesquisa qualitativa:

> Diferente de um estudo quantitativo, o pesquisador não usa a literatura existente sobre seu tema com o objetivo de formular hipóteses a partir dessas leituras, para, então, basicamente testá-las. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador utiliza os insights e as informações provenientes da literatura enquanto conhecimento sobre o contexto, utilizando-se dele para verificar afirmações e observações a respeito de seu tema de pesquisa naqueles contextos. Ou o pesquisador utiliza-o para

> compreender as diferenças em seu estudo antes e depois do processo inicial de descoberta. A revisão da literatura teórica em sua área de pesquisa pode ajudá-lo a encontrar respostas para perguntas [...] (Flick, 2009, p. 62).

Dessa maneira, a interpretação e a análise dos dados de forma subjetiva são mais vislumbradas nesta natureza de pesquisa, fazendo com que o pesquisador utilize informações da literatura, em geral, com a finalidade de observar os contextos ao qual o objeto de estudo está inserido, compreendendo ou inferindo sua visão e suas descobertas.

A investigação é caracterizada como um estudo de caso pelo fato de ser analisada uma determinada realidade, como a Biblioteca Pública da cidade de Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte. Segundo Severino, essa pesquisa:

> [...] se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo. A coleta dos dados e sua análise se dão da mesma forma que nas pesquisas de campo, em geral. O caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e bem representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferências (Severino, 2015, p. 121).

Quanto aos objetivos, esse trabalho é caracterizado como descritiva, como declara Martins Junior:

> Uma pesquisa descritiva visa descobrir e observar fenômenos existentes, situações presentes e eventos, procurando descrevê-los, classificá-los, compará-los, interpretá-los e avaliá-los, com o objetivo de aclarar situações para idealizar futuros planos e decisões (Martins Junior, 2015, p. 84).

Sendo assim, será possível observar os fenômenos que existem na unidade de informação pesquisada, com o intuito de entendê-las, descrevê-las, interpretá-las e avaliá-las de forma a trazer um benefício para toda a comunidade que utiliza seus serviços.

Foi utilizado, também, a revisão de literatura em artigos científicos sugeridos na disciplina de “Educação e Acessibilidade em Unidades de Informação”, no

Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que aborda temáticas sobre acessibilidade, inclusão social, bibliotecas públicas e Desenho Universal. De acordo com o documento da Biblioteca Professor Paulo de Carvalho Mattos, essa revisão consiste no:

> [...] processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica. "Literatura" cobre todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos (Biblioteca [...], 2015, p. 2).

Para tanto, serão levadas em consideração duas normas essenciais criadas com esse intuito, previstas na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): a Norma Brasileira (NBR) 9050, de 2015, sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; e a ABNT NBR 15599, de 2008, sobre acessibilidade - comunicação na prestação de serviços.

5 RESULTADOS

Dentro da compreensão de que as bibliotecas, públicas ou privadas, devem servir como espaços acessíveis aos seus usuários e visitantes, percebe-se a importância de identificar os obstáculos físicos, comunicacionais e atitudinais que estejam impedindo o uso do espaço e de toda a potencialidade que as bibliotecas têm a oferecer à sociedade. Nesse intuito, as medidas de inclusão fornecem as orientações necessárias para serem pensadas e desenvolvidas tanto pelo bibliotecário, como também pelas pessoas envolvidas com as atividades voltadas para o público. Para Sassaki (2009), a inclusão consiste em adequações para toda a diversidade humana, no sentido de ter e construir sistemas sociais comuns a todos:

> Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual,

> deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (Sassaki, 2009, p. 1).

A compreensão dos fundamentos da acessibilidade, do Desenho Universal e da inclusão social na formação do profissional da informação promove a possibilidade do profissional estar mais capacitado para a atuação profissional. Dentro dessas condições, esse profissional poderá desenvolver projetos acessíveis, saberá identificar e avaliar qual a tecnologia assistiva mais adequada à instituição, e, também, saberá fazer o diagnóstico prevendo os obstáculos e pensando em soluções viáveis. Com uma formação adequada, esse profissional saberá a importância do *Braille*, do texto em caractere aumentado, da audiodescrição e do *signwriting* que, de acordo com Cristiano (2020), "[...] é um sistema que permite ler e escrever qualquer língua de sinais sem a necessidade de tradução para uma língua oral" no sentido de acesso à informação, além de utilizar softwares leitores de tela como dosvox (gratuito) ou Nonvisual Desktop Access (NVDA) (pago).

A partir desse entendimento, o olhar para a Biblioteca Pública Municipal Ney Pontes Duarte, da cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, torna-se imprescindível para identificar diversos elementos que impedem o livre acesso e uso dos seus serviços. Situada no centro do município, ela está localizada em uma área central, comercial, com a presença de escolas e residências. A partir do diagnóstico realizado, constatou-se que não há acessibilidade física no entorno da biblioteca, nem nas rotas de acesso. Na entrada, não existe recuo no acostamento com baias específicas para os transportes escolares; não existem vagas reservadas para PCD; e, além disso, há dessincronização das faixas de pedestres com as rampas de acesso, como determina a norma ABNT NBR 9050: "[...] providas de rampas, ou rampas e escadas, ou rampas e elevadores, ou escadas e elevadores, para sua transposição. As rampas, escadas e elevadores devem atender ao disposto nesta Norma." (ABNT,

2015, p. 81). Na estrutura do prédio da biblioteca pública, foi observado que o edifício da unidade não tem acessibilidade física, podendo ser enxergada uma única entrada e saída através da escada, sem nenhuma rampa de acesso (Figura 1).

Figura 1: Biblioteca Pública Municipal de Mossoró



Fonte: acervo particular.
Nota: foto realizada em 2022.

Em relação aos elevadores, segundo a mesma norma da ABNT NBR 9050:

> 6.10.2 Elevador vertical ou inclinado
> 6.10.2.1 O elevador vertical deve atender à ABNT NBR NM 313.
> 6.10.2.2 Externa e internamente nos elevadores verticais ou inclinados, deve haver sinalização tátil e visual estabelecida na Seção 5, informando: a) instrução de uso, fixada próximo à botoeira; b) indicação da posição para embarque e desembarque; c) indicação dos pavimentos atendidos nas botoeiras e batentes; d) dispositivo de chamada dentro do alcance manual.
> 6.10.2.3 Em elevadores verticais ou inclinados, deve haver dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio nos pavimentos e no equipamento.
> 6.10.2.4 Em caso de reforma, em que as dimensões mínimas dos poços dos elevadores sejam inferiores às medidas previstas na ABNT NBR NM 313, o elevador deve atender a todas as outras exigências da norma, para ser acessível a outras pessoas com deficiência, e no edifício deve ser prevista outra forma de circulação vertical acessível (ABNT, 2015, p. 67).

Porém, como podemos observar na Figura 2, não há o funcionamento do elevador, impossibilitando mais uma forma acessível de locomoção por entre a unidade de informação. Nesta figura, podemos observar a entrada do elevador em três andares diferentes. A primeira imagem da esquerda para a direita há cadeiras

que atrapalham o fluxo de entrada ao equipamento, caso estivesse funcionando; na segunda imagem há em frente ao elevador, uma espécie de armário tendo mais um obstáculo em relação a circulação nos arredores do equipamento e a última imagem, logo abaixo, há um acúmulo de caixas, vedando toda sua entrada.

Dessa forma, o elevador que é vertical além de não atender aos objetivos da norma pelo simples fato de não estar em funcionamento, também não possui sinalização tátil e visual para instrução de uso; de embarque e desembarque; indicação dos pavimentos atendidos e sobre o dispositivo de chamada manual, não foi possível identificá-lo pelo fato do elevador estar inativado.

Sobre o item 6.10.2.3 também não foi possível identificar pelo fato da porta do elevador não abrir. E para o item 6.10.2.4, o elevador da biblioteca não é acessível por não atender ao público que necessita e nem haver outra solução como uma rampa para os demais pavimentos da biblioteca.

Figura 2: Local do elevador da Biblioteca Pública Municipal de Mossoró



Fonte: acervo particular.
Nota: foto realizada em 2022.

Sobre a acessibilidade na recepção da biblioteca, de acordo com a norma da ABNT NBR 9050:

> 9.2.4 Acessibilidade ao atendente
> Devem ser garantidas condições de circulação, manobra, aproximação e alcance para pessoas com deficiência na função de atendente, e o mobiliário deve estar de acordo com o disposto em 9.3.1.
> 9.3 Mesas ou superfícies
> 9.3.1 Mesas ou superfícies de trabalho
> 9.3.1.1 As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis devem ser facilmente identificadas e localizadas dentro de uma rota acessível (ABNT, 2015, p. 117).

Em relação ao espaço da recepção da biblioteca pública de Mossoró, há amplitude no ambiente que garante condições de circulação e manobras das pessoas com deficiência (Figura 3). Porém, seu acesso até a chegar à ela, não há nenhuma acessibilidade. A mesa possui uma identificação e tem uma altura acessível, de acordo com o que é estabelecido na norma sobre mesas. Se a perspectiva analisada for em relação ao funcionário e não ao usuário, as condições da acessibilidade só pioram, pelo fato das portas não terem medidas adequadas que passem uma cadeira de roda, por exemplo, nem seu espaço de trabalho ser adequado para sua circulação, atrás do balcão da recepção.

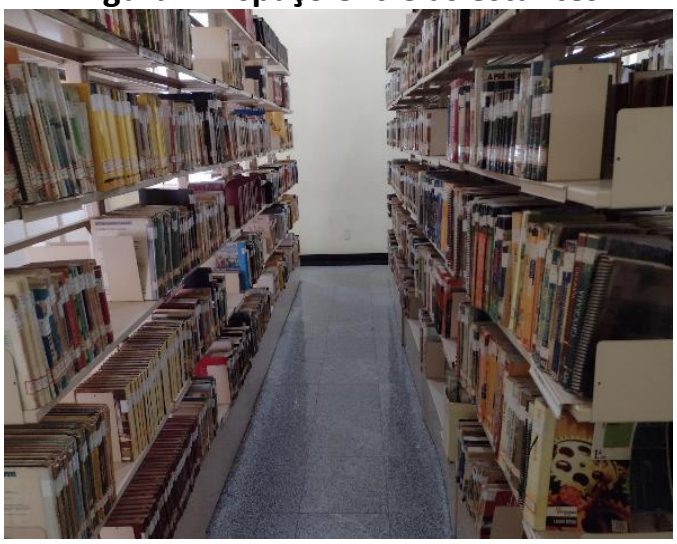
Figura 3: Recepção Biblioteca Pública Municipal de Mossoró



Fonte: acervo particular.
Nota: foto realizada em 2022.

Para garantia de acesso com segurança e autonomia, recomenda-se o uso de piso tátil, sinalizadores sonoros e mapas táteis. Entretanto, esses recursos não foram identificados nem no entorno da instituição, nem nas instalações internas. Um outro aspecto que deve ser analisado são as entradas, que medem cerca de mais de 0,90 cm e tem desníveis. Em relação ao seu acervo, não há obras em formatos acessíveis, nem em outros formatos, como previsto na ABNT NBR 15599, de 2008, e na ABNT NBR 9050, de 2015. Também não foi encontrado disponibilização de computadores para pesquisa e de tecnologias em geral, devido à falta de investimentos do órgão público. Em relação aos espaços entre as estantes, não há acessibilidade, devido ao fato de não medirem 1,20 cm como disposto na ABNT NBR 9050, de 2015, mas medindo, em geral, 1,00 m, como demonstra a Figura 4.

Figura 4: Espaço entre as estantes



Fonte: acervo particular.
Nota: foto realizada em 2022.

Na norma da ABNT NBR 15599, sobre as bibliotecas e centros de informática de uso público em relação a comunicação na prestação de serviços:

> 5.4.2 Bibliotecas e centros de informática de uso público
> As bibliotecas, centros de informática e similares de uso público devem dispor de:
> a) espaço construído e sinalizado como especificado na ABNT NBR 9050;
> b) pessoal capacitado para atendimento de pessoas com deficiência;
> c) acervo com versões de obras em meio sonoro e visual, ou serviços para que a versão alternativa seja obtida e utilizada, tais como:
> - programa de ampliação de tela;
> - sistema de leitura de tela, sintetizador de voz e *display braille*;
> - *thermoform* e impressora *braille* ou sistema de leitura de tela que tenha interação com linhas *braille*;
> - *scanner*, com sistema para reconhecimento ótico de caracteres;
> - outros dispositivos facilitadores e adaptados para pessoa com deficiência, como resenhas gravadas em vídeo ou *DVD*, com a informação cultural e social;
> - obras da literatura interpretadas em LIBRAS, *braille* ou formato *Daisy* (ABNT, 2008, p. 10).

Ao contrário da norma, a Biblioteca Pública Municipal Ney Pontes Duarte não possui o espaço construído e sinalizado de acordo com o que deveria ser, não há pessoas capacitadas para atendimento de pessoas com deficiência, assim como não há versões de obras em meio sonoro e visual, por exemplo.

Para além dos elementos identificados, percebe-se a circulação interna comprometida, a dificuldade de acesso aos três pavimentos, a altura das estantes, a falta de informações acessíveis, a falta de setores e profissionais voltados para o atendimento às pessoas com deficiência. Esses elementos acarretam em aspectos que precisam ser estudados planejando possíveis resoluções, de acordo com as condições e especificidades da instituição. As normativas e os princípios do Desenho Universal são elementos práticos, orientadores e podem fornecer subsídios para a adequação física, circulação e conforto dos usuários, independentemente de suas capacidades e limitações. Nesse sentido, as seguintes possibilidades podem ser alternativas viáveis de serem implementadas: alocar rampas móveis para suplantar os desníveis; estabelecer parcerias/convênios com as universidades, no intuito de promover cursos de capacitação em Libras, disponibilização de vagas de estágios voluntários e/ou curriculares e impressão de textos e livros em *Braille*; e fomentar o levantamento de aplicativos e programas gratuitos de acessibilidade, tanto para o gerenciamento das informações, quanto para facilitar a busca e a leitura dos usuários PCD.

Contudo, o obstáculo atitudinal é o mais difícil, pois depende da sensibilidade dos profissionais que estão à frente dessas instituições e que podem repensar suas práticas. De acordo com Rodrigues, Ziegelmann e Bahia (2019), o profissional da informação é responsável pela produção, armazenamento e uso em relação à informação, cabendo a ele ter a percepção de sua unidade informacional para lidar com recursos tecnológicos que possibilitem o acesso, uso, tratamento e recuperação da informação. Nesse entendimento, Valentim (2002) afirma que, pela informação apresentar várias formas e suportes, é preciso que o profissional da informação se adeque a elas, sempre aperfeiçoando seu desempenho e ampliando suas habilidades e consequências.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Biblioteca Pública Municipal Ney Pontes Duarte, da cidade de Mossoró/RN, é inacessível para seus usuários, ou seja, não possui nenhuma dimensão de acessibilidade, seja ela física, digital, comunicacional ou atitudinal. Além disso, não há profissional da informação na unidade, o que significa que é preciso que a Lei nº 9.675/98, que declara a obrigatoriedade do profissional bibliotecário atuando nas bibliotecas, seja efetivada, tanto nas instâncias públicas quanto nas instâncias privadas (Brasil, 1998). A importância desse profissional não está apenas no gerenciamento das informações, mas também no atendimento e promoção de ações de mediação que as bibliotecas possam realizar. No mais, é importante compreender que os obstáculos que os usuários PCD esbarram nas bibliotecas, arquivos e museus são frutos de uma sociedade excludente que não compreende a diversidade.

A sociedade ainda é deficiente. As vias, os acessos, aos equipamentos urbanos, os edifícios, a comunicação e os serviços são elementos com os quais transitamos e lidamos no dia a dia. Só percebemos sua inviabilidade quando exercemos um olhar mais sensível para entender as necessidades, as particularidades e a diversidade social. Os pensamentos, ainda arraigados aos preconceitos e ao individualismo, tendem a não perceber as urgentes mudanças necessárias ao estilo de vida hodierno. As discussões e os embates que tomam como fundamento os princípios do Desenho Universal, acessibilidade e a inclusão social e cultural permitem demonstrar a complexidade do tema e sua viabilidade prática, mas se fazem urgentes mudanças estruturais, na mentalidade social e na formação do profissional da informação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15599**: acessibilidade: comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 29-41, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/59tSQqr4G9TjSBNBGdXnrrv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 out. 2021.

BIBLIOTECA PROFESSOR PAULO DE CARVALHO MATTOS. **Tipos de revisão de literatura**. Botucatu: FCA, 2015. Disponível em: https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.675, de 29 de junho de 1998.** Amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório. Brasília: Casa Civil, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9675.htm. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12 abr. 2023.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal**: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 4 ed. São Paulo: SENAC, 2017.

CRISTIANO, Almir. Signwriting. **Libras**, *[s. l.]*, 19 mar. 2020. Disponível em: https://www.libras.com.br/signwriting. Acesso em: 30 maio 2022.

DEPONTI, Cidonea Machado; ALMEIDA, Jalcione. Sobre o processo de mediação social nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica. *In:* CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais** [...]. Rio Branco: SOBER, 2008.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. *[S. l.]*: IFLA: UNESCO, 1994. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-ptbrasil.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GABRILLI, Mara. **Desenho universal:** um conceito para todos. *[S. l.: s. n.]*, [20--]. Disponível em: https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf. Acesso em: 9 abr. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LESSA, Bruna; GOMES, Henriette Ferreira. A biblioteca pública como um empório de ideias: evidências do seu lugar na sociedade contemporânea. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 35-46, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/30765. Acesso em: 9 abr. 2022.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

PEREIRA, Jaquelline de Andrade; SARAIVA, Joseana Maria. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168-185, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677. Acesso em: 22 mar. 2022.

RODRIGUES, Carlos Alberto; ZIEGELMANN, Luize Daiane dos Santos; BAHIA, Eliana Maria dos Santos. Acessibilidade em arquivos: um olhar sob a competência do arquivista. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/viewPaper/573. Acesso em: 9 maio 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano 12, p. 1-10, 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 30 maio 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de biblioteconomia no Brasil. 2007. 246 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-79CMVL/1/mestrado___fabr_cio_jos__nascimento_da_silveira.pdf. Acesso em: 1 nov. 2021.

TRESSINO, Camila Schoffen; MORO, Eliane Lourdes da Silva. Da exclusão e sofrimento à inclusão social e leitura: a Biblioteca de São Paulo como referência de biblioteca inclusiva no Brasil. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: *[s. n.]*, 2013. p. 1-16.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Formação do profissional da Informação.** São Paulo: Polis, 2002. Disponível em: https://abecin.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Formacao-do-profissional.pdf. Acesso em: 9 maio 2022.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.